



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA

TURMAS RECURSAIS DOS
JUIZADOS ESPECIAIS

ANO VII | N. 22 | jan./fev./mar. de 2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Cúpula Diretiva – Biênio 2023-2024

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente do Tribunal de Justiça*

Desembargadora Joeci Machado Camargo– *1º Vice-Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres– *2ª Vice-Presidente*

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa – *Corregedor-Geral da Justiça*

Desembargador Roberto Antônio Massaro – *Corregedor da Justiça*

Desembargador Fernando Ferreira de Moraes – *Ouvidor-geral*

Desembargador Ruy Alvez Henriques Filho – *Ouvidor*

Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná

Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen – *Presidente*

Desembargador Fernando Antônio Prazeres

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa

Juiz Felipe Forte Cobo

Juíza Jeane Carla Furlan

Juiz Fernando Swain Ganem

Aline Batista Pereira – *Secretária*

Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca

Desembargador Gamaliel Seme Scaff - *Presidente*

Desembargador Jorge de Oliveira Vargas

Desembargador Fabio Haick Dalla Vecchia

Desembargador Mario Nini Azzolini

Desembargador Fabio Marcondes Leite

Desembargador Ruy Alves Henriques Filho

Desembargador Anderson Ricardo Fogaça

Alexandre Correa Rodrigues - *Secretário*

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Praça Nossa Senhora de Salette, S/N

Centro Cívico | Curitiba – Paraná

CEP 80.530-912

Fone: (41) 3200-2000

<https://www.tjpr.jus.br/>

O Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Paraná é uma publicação eletrônica de caráter informativo, com periodicidade trimestral. Desenvolvido em conjunto pela 2ª Vice-Presidência e pelo Departamento de Gestão Documental, o boletim reúne e destaca as principais decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, abordando temas de especial relevância para a comunidade jurídica.

O conteúdo disponibilizado no Boletim não substitui as publicações do Diário da Justiça Eletrônico, nem constitui um repositório oficial de jurisprudência.

Desembargador Fernando Antônio Prazeres - *2º Vice-Presidente - Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais*

Fernando Scheidt Mäder - *Diretor do Departamento de Gestão Documental*

Projeto

2ª Vice-Presidência

Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental

Pesquisa, organização e editoração eletrônica

Vânio Pedroso Severo - *Divisão de Jurisprudência do Departamento de Gestão Documental*

Carla Daniela Kons Franco – *Seção de Tratamento e Divulgação de Jurisprudência*

Sophia Ganem de Almeida Cezar – *Estagiária de pós-graduação*

Mateus Costa de Oliveira – *Estagiário de graduação*

Rachel Levandoschi Motta – *Estagiária de graduação*

<https://www.tjpr.jus.br/jurisprudencia-inicio>

jurisprudencia@tjpr.jus.br

SUMÁRIO

TURMA RECURSAL REUNIDA.....	5
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
1. ACIDENTES DE TRÂNSITO.....	7
2. CONSÓRCIO.....	10
3. BANCÁRIO.....	13
4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE	19
5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	23
6. MATÉRIA RESIDUAL.....	27
7. PLANOS DE SAÚDE.....	34
8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO.....	36
9. TELECOMUNICAÇÕES.....	40
10. FAZENDA PÚBLICA.....	43
11. CRIMINAL.....	47
12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	49

TURMA RECURSAL REUNIDA

MANDADO DE SEGURANÇA. TURMA RECURSAL REUNIDA. IRDR NÃO ADMITIDO. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO ATÉ A INSTALAÇÃO DAS TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECENTE ALTERAÇÃO REGIMENTAL DO TJPR QUE PREVÊ O PROCESSAMENTO DO IRDR PERANTE AS TUJs AINDA NÃO INSTALADAS. CONCORDÂNCIA PELA IMPETRANTE. PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO (CPC, ART. 485, VI).

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004794-09.2023.8.16.9000](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 29.02.2024)

DECISÃO MONOCRÁTICA. TURMA RECURSAL REUNIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO POR TURMA ISOLADA. NÃO CABIMENTO. ARTIGO 5º, INCISO III, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR. LIMITAÇÃO REGIMENTAL ÀS DECISÕES MONOCRÁTICAS IMPASSÍVEIS DE RECURSO PRÓPRIO. TURMA RECURSAL REUNIDA QUE NÃO É INSTÂNCIA REVISORA DE DECISÕES COLEGIADAS DAS TURMAS ISOLADAS. INDEFERIMENTO DA INICIAL.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0001055-91.2024.8.16.9000](#) - Umuarama - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS HAROLDO DEMARCHI MENDES - J. 25.03.2024)

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS. INCOMPATIBILIDADE COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES DA TURMA RECURSAL REUNIDA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0000821-12.2024.8.16.9000](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS CAMILA HENNING SALMORIA - J. 21.03.2024)

MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. AÇÃO UTILIZADA COMO SUBSTITUTIVA DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. IRRECORRIBILIDADE EM SEDE DE JUÍZAADOS ESPECIAIS. TURMA RECURSAL REUNIDA QUE NÃO SE CONSTITUI EM INSTÂNCIA HIERÁRQUICA SUPERIOR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO

LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA DE ATO ILEGAL OU ABUSIVO. PRESSUPOSTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA EXCEPCIONAL DO MANDAMUS NÃO EXISTENTES. NÃO CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [000042-57.2024.8.16.9000](#) - São José dos Pinhais - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 19.01.2024)

MANDADO DE SEGURANÇA NA TURMA RECURSAL REUNIDA. IMPETRAÇÃO EM FACE DE DECISÃO QUE JULGOU INTEMPESTIVO O RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO REGIMENTAL ÀS DECISÕES MONOCRÁTICAS IMPASSÍVEIS DE RECURSO PRÓPRIO (ART. 5, III, REGIMENTO INTERNO). DECISÃO MONOCRÁTICA PASSÍVEL DE AGRAVO INTERNO. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.021 DO CPC. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0005003-75.2023.8.16.9000](#) - Cantagalo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 16.01.2024)

AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE NÃO CONHECE RECLAMAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL REUNIDA. IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DE REMESSA DOS AUTOS AO ÓRGÃO COMPETENTE PELO SISTEMA PROJUDI. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - Turma Recursal Reunida dos Juizados Especiais - [0004033-75.2023.8.16.9000](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 04.03.2024)

TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

1. ACIDENTES DE TRÂNSITO

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ENGAVETAMENTO. CULPA DO ACIDENTE QUE DEVE SER ATRIBUÍDA AO MOTORISTA QUE COLIDIU NA TRASEIRA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TESE DEFENSIVA DE QUE O VEÍCULO FOI ARREMESSADO EM DECORRÊNCIA DA COLISÃO POR TERCEIRO. ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA. ÔNUS QUE RECAIU PARA O RÉU POR SE TRATAR DE FATO IMPEDITIVO AO DIREITO DO AUTOR. INCIDÊNCIA DO ART. 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRESUNÇÃO DE CULPA NÃO ELIDIDA. PEDIDOS PROCEDENTES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0037909-26.2022.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR** - J. 23.02.2024)

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COLISÃO ENTRE ALUNOS EM ATIVIDADE ESCOLAR. FERIMENTOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA. NEGLIGÊNCIA E FALTA DE DEVER DE CUIDADO POR PARTE DA ESCOLA NÃO CONFIGURADAS. PRECAUÇÕES DA ATIVIDADE DEVIDAMENTE TOMADAS. VIGILÂNCIA DA PROFESSORA DEMONSTRADA. MERA FATALIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0014395-65.2023.8.16.0035 \[0001703-41.2017.8.16.0036/1\]](#) - São José dos Pinhais - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO** - J. 14.02.2024)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTES DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. INCOMPETÊNCIA NÃO VERIFICADA. COLISÃO TRASEIRA EM RODOVIA. VEÍCULO PARADO NA FAIXA DE ROLAMENTO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA. INOBSERVÂNCIA AO ART. 46 CTB. CAUSA PRIMÁRIA DO ACIDENTE. DANO MATERIAL MINORADO. DEPRECIÇÃO NÃO COMPROVADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0013427-65.2019.8.16.0038](#) - Fazenda Rio Grande - Rel.: **JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS** - J. 14.02.2024)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PLEITO RECURSAL DE LUCROS CESSANTES. COLISÃO NA TRASEIRA DA MOTOCICLETA CONDUZIDA PELO AUTOR QUE OCASIONOU FRATURA NO METATARSO. AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS POR 60 DIAS. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL SEM EMPREGADO. LUCROS NÃO AUFERIDOS DURANTE O PERÍODO DE AFASTAMENTO. CERTEZA DO CABIMENTO DA INDENIZAÇÃO. PROVA DO VALOR DOS LUCROS CESSANTES. ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR EQUIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 6º DA LEI 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [000062-62.2023.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CAPOTAMENTO EM RODOVIA. AUTOR QUE ALEGOU TER DESVIADO DE OBRA NÃO SINALIZADA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA REQUERIDA. LEGITIMIDADE ATIVA DE QUEM SUPTOU OS PREJUÍZOS DECORRENTES DO ACIDENTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. DANO MATERIAL COMPROVADO. OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO DEMONSTRADA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0003831-34.2022.8.16.0044](#) - Apucarana - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CAMILA HENNING SALMORIA - J. 08.02.2024)

RECURSO INOMINADO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS REJEITADA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RECLAMANTE QUE TRANSITAVA PELA VIA LATERAL E INVADIU A PREFERENCIAL DO RECLAMADO AO TENTAR ADENTRAR NA RODOVIA. INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS DISPOSTAS NOS ARTIGOS 29, INCISO III, ALÍNEA "A", 34 E 36 DO CTB. SUPOSTA CULPA DO RECLAMADO QUE NÃO FOI COMPROVADA. CONDUITA DO RECLAMANTE QUE SE CONFIGURA COMO A CAUSA PRIMÁRIA E PREPONDERANTE DA COLISÃO. SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A DEMANDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0014788-75.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. SEGURO DE VEÍCULO. COLISÃO. CULPA DO RÉU COMPROVADA. DEVER DE COBERTURA. DANOS MATERIAIS. VALOR DO CONSERTO

DO AUTOMÓVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA DE OFENSA À HONRA SUBJETIVA. NEGATIVA DE COBERTURA FUNDADA EM DÚVIDA RAZOÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0006329-96.2023.8.16.0035](#) - São José dos Pinhais - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA* - J. 24.02.2024)

2. CONSÓRCIO

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES AO FINAL DO GRUPO. CLÁUSULA PENAL. FUNDO DE RESERVA. PLEITO AUTORAL PARA CONDENAÇÃO DA RÉ: A) DECLARAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL; B) CONDENAÇÃO DA RÉ À RESTITUIR O VALOR DO CONSÓRCIO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA Nº 35 DO STJ; E C) CONDENAÇÃO DA RÉ À RESTITUIR A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATUAL E FUNDO DE RESERVA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, PARA O FIM DE CONDENAR A PARTE RÉ À DEVOLUÇÃO DOS VALORES DOS VALORES EM ATÉ 30 DIAS APÓS A ÚLTIMA ASSEMBLEIA, COM DEDUÇÃO DE TAXA ADMINISTRATIVA ATÉ DIA 26.07.2019, E SEM REALIZAR COBRANÇA DE CLÁUSULA PENAL. EM RECURSO INOMINADO, A PARTE RÉ PUGNOU PELA REFORMA DA SENTENÇA, ALEGANDO: A) A IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO PROPORCIONAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO; B) DA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA CLÁUSULA PENAL; C) DA NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DOS VALORES REFERENTES AO SEGURO DE VIDA EM GRUPO; E D) DA NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE ACORDO COM O DISPOSTO NO CONTRATO. ART. 6º DO CDC PREVÊ A POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, MAS ESTABELECE COMO CRITÉRIOS A VEROSSIMILHANÇA E A HIPOSSUFICIÊNCIA. DO MESMO MODO, A JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA APONTAM A NECESSIDADE DE PROVA MÍNIMA. VALOR PAGO PELA PARTE RECORRIDA É INCONTROVERSO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DEFERIDA. ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO PROPORCIONAL, NÃO ASSISTE RAZÃO À RECORRENTE. A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVE SER LIMITADA AO PERÍODO EM QUE A PARTE RECORRIDA COMPÔS O CONSÓRCIO, OU SEJA, SOBRE O MONTANTE DO VALOR PAGO EFETIVAMENTE PAGO PELA PARTE RECORRIDA, NO IMPORTE DE R\$ 19.894,16, E NÃO SOBRE O VALOR DO CONTRATO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CLÁUSULA PENAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO APÓS DESISTÊNCIA DO CONSÓRCIO. RETENÇÃO INDEVIDA. NECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. SEGURO DE VIDA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ESPECÍFICA. ENTENDIMENTO DO STJ ACERCA DA CONTRATAÇÃO DE SEGURO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE APÓLICE. INDEVIDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ÍNDICE DE CORREÇÃO E ATUALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO, DE MODO QUE DESNECESSÁRIA A APLICAÇÃO DO ÍNDICE PREVISTO EM CONTRATO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECORRENTE QUE NÃO SE DESINCUMBE DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CONDENAÇÃO DA RECORRENTE EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, FIXADOS EM 10% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0011799-36.2022.8.16.0038](#) - Fazenda Rio Grande - Rel.: J Juíza de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Denise Hammerschmidt - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONSÓRCIO. CONTEMPLAÇÃO. PRESCRIÇÃO DECENAL. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A AQUISIÇÃO DO IMÓVEL. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA. EXCLUSÃO POR DESISTÊNCIA APÓS INADIMPLÊNCIA DE PARCELAS. DEVOLUÇÃO DE VALORES DEPOIS DO ENCERRAMENTO DO GRUPO. DESCONTO PROMOVIDO EM RAZÃO DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. REQUERIDA QUE NÃO COMPROVOU QUALQUER PREJUÍZO SOFRIDO. RESTITUIÇÃO SIMPLES DO VALOR DA MULTA. TESE DE PERDA DE UMA CHANCE NÃO COMPROVADA. INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS DE LESÃO A DIREITOS DE PERSONALIDADE. MERO DISSABOR EVIDENCIADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0072231-93.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 04.03.2024)

RECURSOS INOMINADOS. CONSÓRCIO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO. PROMESSA DE AQUISIÇÃO DE QUOTA CONSORCIAL COM CARTA DE CRÉDITO CONTEMPLADA. CONTRATO NÃO ASSINADO. SEGUIMENTO SEM AGUARDAR O DEVIDO ACEITE PELA PRETENSA ADQUIRENTE. RISCO DO NEGÓCIO À CONTRATADA. NULIDADE. DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. PEDIDO CONTRAPOSTO IMPROCEDENTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0017643-27.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C COM RESSARCIMENTO MATERIAL E MORAL. CONSÓRCIO. AUTOR EXCLUÍDO POR INADIMPLÊNCIA – TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DE ENCERRAMENTO DO GRUPO OU SORTEIO DO AUTOR – POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTE DA MORA DAS PARCELAS PAGAS EM ATRASO – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO PROPORCIONAL.

PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0025288-81.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: **JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE** - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. TESE DE NULIDADE DA SENTENÇA POR SER EXTRA PETITA. REJEIÇÃO. MÉRITO. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. DEDUÇÃO CONFORME EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE. CLÁUSULA PENAL. INEXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO AO GRUPO. RESTITUIÇÃO DEVIDA AO CONSORCIADO, MAS SEM RETENÇÃO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DAS TURMAS RECURSAIS. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DOS ÍNDICES OFICIAIS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 35 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUROS DE MORA. APLICABILIDADE APENAS DEPOIS DE CONFIGURADO O INADIMPLEMENTO DA ADMINISTRADORA DO CONSÓRCIO. SENTENÇA REFORMADA NESTE ÚLTIMO PONTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0013994-13.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO** - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ANULABILIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRETENSÃO DE CONTRATAÇÃO DE CARTA DE CRÉDITO. REALIZAÇÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO, SEM CONTEMPLAÇÃO IMEDIATA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO COMPROVADO. ASSINATURA DADA EM APARELHO CELULAR. ORIENTAÇÃO DA PREPOSTA DA RECLAMADA SOBRE COMO RESPONDER AS PERGUNTAS DO CONTROLE DE QUALIDADE. NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL, COM RETORNO AO STATUS QUO ANTE. ARTIGOS 171, II E 182 DO CÓDIGO CIVIL. DANOS MORAIS, TODAVIA, NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000961-57.2023.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: **JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE** - J. 05.02.2024)

3. BANCÁRIO

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. FORNECIMENTO DE DADOS E ENTREGA DE CARTÃO A TERCEIRO. GOLPE DO MOTOBOY. TRANSAÇÕES QUE DESTOAM DO PERFIL DE CONSUMO DO CONSUMIDOR. DEVER DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE EMPREGAR MEIOS QUE DIFICULTEM OU IMPOSSIBILITEM GOLPES DESTA NATUREZA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. VULNERABILIDADE DO SISTEMA BANCÁRIO. PRECEDENTE DO STJ. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO, DADA A SUA HIPERVULNERABILIDADE. PLEITO DE DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA CADA AUTOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0005932-37.2023.8.16.0035](#) - São José dos Pinhais - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. BANCÁRIO. FALHA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RELAÇÃO DE CONSUMO POR EQUIPARAÇÃO. ESTELIONATÁRIOS QUE ABRIRAM CONTA DIGITAL NA INSTITUIÇÃO REQUERIDA EM NOME DA AUTORA. FALHA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REQUERIDA QUE ATUOU DE MANEIRA NEGLIGENTE NA VERIFICAÇÃO DO TITULAR DA CONTA. DESCUMPRIMENTO DA CIRCULAR Nº 3.978/2020 DO BANCO CENTRAL. INSTITUIÇÕES QUE DEVEM ADOTAR PROCEDIMENTOS QUE PERMITAM VERIFICAR E VALIDAR A IDENTIDADE DO CLIENTE. FORTUITO INTERNO. SÚMULA 479 DO STJ. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VIOLAÇÃO A DIREITOS PERSONALÍSSIMOS. NOME E HONRA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO (R\$ 8.000,00). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0028155-66.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. GOLPE DA FALSA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR. TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA TERCEIROS. FALHA DO DEVER DE SEGURANÇA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. RESTITUIÇÃO MATERIAL DEVIDA. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA

PERSONALIDADE VERIFICADA NO CASO CONCRETO. DANOS MORAIS FIXADOS. COMPENSAÇÃO DE VALORES. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0018174-72.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALVARO RODRIGUES JUNIOR-26/03/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PAGAMENTO DE BOLETO FRAUDULENTO PELO CONSUMIDOR A FIM DE QUITAR SALDO DEVEDOR DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PLEITO DE REFORMA PELO AUTOR – IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – PRÁTICA DE PHISHING – PRECEDENTE DO C. STJ – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 479/STJ - FRAUDE DE TERCEIRO GOLPISTA NA EMISSÃO DO BOLETO – FALTA DE CAUTELA DO CONSUMIDOR, AO INFORMAR SEUS DADOS PESSOAIS E EFETUAR PAGAMENTO DE BOLETO EMITIDO FORA DOS CANAIS OFICIAIS DO BANCO, COM BENEFICIÁRIO DIVERSO. PRECEDENTES DESTA 5ª TURMA RECURSAL DO E. TJ/PR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR- 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0010562-54.2023.8.16.0030](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - 25/03/2024)

RECURSO INOMINADO. DIREITO BANCÁRIO. INCLUSÃO INDEVIDA DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NÃO CONTRATADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CONTRATO DIGITAL. CONSUMIDOR QUE ACREDITOU ESTAR ENVIANDO INFORMAÇÕES PESSOAIS PARA RECEBIMENTO DE VALORES A TÍTULO DE SALDO EM CARTÃO DE CRÉDITO. FRAUDE EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTIUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PROVA DO CONSENTIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO MINORADO. ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR- 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0008194-72.2023.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO - 25/03/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VIA CARTÃO DE CRÉDITO (RCC). NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. INCONSISTÊNCIAS CONTRATUAIS. VALORAÇÃO DAS PROVAS. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA NÃO COMPROVADA. INDÍCIOS DE FRAUDE. SÚMULA 479 DO STJ. INEXIGIBILIDADE DO CONTRATO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP 676.608/RS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAR OBJETIVAMENTE QUE O VALOR ARBITRADO NÃO CONTEMPLA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR- 2ª Turma Recursal - [0006809-28.2023.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - 15/03/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CONTRATO ASSINADO. SIMILITUDE DAS ASSINATURAS. LAUDO UNILATERAL INDICANDO OCORRÊNCIA DE FRAUDE. ÔNUS DO BANCO EM DEMONSTRAR A CONTRATAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA COM CONTRADITÓRIO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR- 3ª Turma Recursal - [0005587-02.2023.8.16.0058](#) - Campo Mourão - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - 19/03/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO. TESE DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. CONTRATAÇÃO DIGITAL MEDIANTE VERIFICAÇÃO POR SELFIE. IMPOSSIBILIDADE DE APURAR SE A RECLAMANTE TEVE ACESSO AO TEOR DO DOCUMENTO. ESPECIAL CONDIÇÃO DE IDOSA QUE DEVE SER CONSIDERADA. INSUFICIÊNCIA DA PROVA DA CONTRATAÇÃO. NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS QUE SE IMPÕE. DETERMINAÇÃO DE REPETIÇÃO EM DOBRO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ. ENTENDIMENTO DO STJ. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MONTANTE DESCONTADO QUE NÃO POSSUI CAPACIDADE DE PREJUDICAR A SUBSISTÊNCIA DA RECLAMANTE. SIMPLES COBRANÇA INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR- 2ª Turma Recursal - [0005910-09.2023.8.16.0025](#) - Araucária - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCEL LUIS HOFFMANN - 01/03/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. GOLPE DA FALSA CENTRAL DE ATENDIMENTO. CONSUMIDORA IDOSA HIPERVULNERÁVEL. ACESSO A INFORMAÇÕES PESSOAIS E BANCÁRIAS PRÉVIAS. ATUAÇÃO CONCORRENTE DA PARTE CONSUMIDORA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO E TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIRO FORA DO HORÁRIO COMERCIAL. VALOR ELEVADO. FACILIDADE DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS QUE POSSIBILITARAM A FRAUDE. DILIGÊNCIAS IMEDIATAS DA PARTE CONSUMIDORA. BANCO QUE PODERIA TER BLOQUEADO AS MOVIMENTAÇÕES. FALHA NO DEVER DE SEGURANÇA PELA FINANCEIRA. SÚMULA Nº 479 DO STJ. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DAS OPERAÇÕES. DANOS MORAIS NÃO COMPROVADOS NO CASO EM TELA. CONCORRÊNCIA PARA O FATO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR- 2ª Turma Recursal - [0002607-98.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHELIN - 27/02/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. GOLPE DA MAQUININHA. ENTREGA DE “PRESENTE”. PAGAMENTO DA TAXA DE ENTREGA AO MOTOBOY NO CARTÃO DE CRÉDITO. LANÇAMENTO DE VALORES EXORBITANTES NA CONTA BANCÁRIA DA RECLAMANTE. CONTESTAÇÃO DA COMPRA E PEDIDO DE EXTORNO DOS VALORES IMEDIATAMENTE APÓS O GOLPE. PROCEDIMENTO DE CHARGEBACK RECUSADO SEM JUSTIFICATIVA. RESPONSABILIDADE DO BANCO VERIFICADA. DEVER DE SEGURANÇA. ART. 14, §1º DO CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. SÚMULA 479 DO STJ. DÉBITO DECLARADO INEXIGÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR- 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0017955-59.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO MANUELA TALLÃO BENKE - 24/02/2024)

RECURSOS INOMINADOS. BANCÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PRETENSÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. AUTORA QUE FOI VÍTIMA DE GOLPE. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA TERCEIROS DESCONHECIDOS VIA PIX. RECLAMANTE QUE FACILITOU A AÇÃO DOS CRIMINOSOS, TOMANDO PROVIDÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO DO DISPOSITIVO DOS ESTELIONATÁRIOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE SUA CONTA BANCÁRIA. REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES QUE, CONTUDO, DESTOAM DO PADRÃO DE CONSUMO, SEM QUE TIVESSE HAVIDO AÇÃO PREVENTIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SÚMULA 479, STJ. CULPA CONCORRENTE. PREJUÍZO MATERIAL QUE DEVE SER DIVIDIDO ENTRE AS PARTES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS MORAIS. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR- 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0002560-90.2023.8.16.0064](#) - Castro - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO MANUELA TALLÃO BENKE* - 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA BANCÁRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO SEM JUSTO MOTIVO OU NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS, CONDENANDO OS RÉUS, SOLIDARIAMENTE, AO PAGAMENTO DE VALOR A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSURGÊNCIA RECURSAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PUGNANDO PELA REFORMA DO DECISUM. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ART. 46, LJE). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR- 3ª Turma Recursal - [0006453-98.2021.8.16.0116](#) - Matinhos - Rel.: *Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Fernando Swain Ganem* - 14/02/2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. TRANSAÇÕES BANCÁRIAS REALIZADAS NA CONTA DA RECLAMANTE PARA O SUPOSTO ADIMPLEMENTO DE 06 (seis) boletos COM BENEFICIÁRIO SOB A RUBRICA “PE-SEFAZ/DAE-10 IPVA”. SUBSEQUENTE NÃO RECONHECIMENTO PELA RECLAMANTE. FRAUDE DE TERCEIRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INCIDÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. CULPA EXCLUSIVA DA CORRENTISTA, MORMENTE SE NÃO HOUE COMPORTAMENTO CAUTELOSO DELA ATRAVÉS DE SEU FUNCIONÁRIO AO TEMPO DA LIGAÇÃO TELEFÔNICA, TANTO NA CONFERÊNCIA DO CONTATO, QUANTO NA APROXIMAÇÃO DO TOKEN NA TELA ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DOS ESTELIONATÁRIOS. CULPA EXCLUSIVA DA RECLAMANTE CONFIGURADA. CONDUTA INCAUTA QUE DEU AZO À OCORRÊNCIA DA FRAUDE. SÚMULA N. 479 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE TRANSFORMAR AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SECURITIZADORAS DE TODO E QUALQUER INFORTÚNIO DECORRENTE DE FRAUDE DE TERCEIRO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA RECHAÇADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR- 3ª Turma Recursal - [0004224-04.2022.8.16.0029](#) - Colombo - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS JUAN DANIEL PEREIRA SOBREIRO* - 14/02/2024)

RECURSO INOMINADO. CONTA CORRENTE. COBRANÇA DE “TARIFA DE PACOTE BANCÁRIO” E “SEGURO CARTÃO”. CONTRATAÇÃO COMPROVADA APENAS EM

RELAÇÃO A “TARIFA DE PACOTE BANCÁRIO”. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL E ADESÃO INEQUÍVOCA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 44 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. SEGURO CARTÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA SUA CONTRATAÇÃO. DEVER DE RESTITUIÇÃO MANTIDO. DANO MORAL. DESCASO. TENTATIVA DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA JUNTO AO PROCON. RECLAMADO QUE SE ESQUIVA EM DAR SOLUÇÃO CONCRETA QUANDO LHE ERA POSSÍVEL. POSTURA QUE ENSEJA DANO MORAL. VALOR INDENIZATÓRIO DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) ADEQUADO ÀS PECULARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0001934-89.2023.8.16.0058](#) - Campo Mourão - Rel.: *Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais* Juan Daniel Pereira Sobreiro - J. 25/03/2024)

4. EMPRESAS AÉREAS E DE TRANSPORTE TERRESTRE

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. ALTERAÇÃO DE VOO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA. VOO COM ALTERAÇÃO DE MAIS DE 10 HORAS. IMPOSSIBILIDADE DE USO DOS ASSENTOS PRÓXIMOS ADQUIRIDOS. RECLAMANTE COM CRIANÇA PEQUENA QUE SOFREU CONSTRANGIMENTO. ABALO MORAL INDENIZÁVEL. DANO MORAL QUE COMPORTA ALTERAÇÃO PARA R\$ 5.000,00. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0007183-35.2023.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 09.10.2023)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. CANCELAMENTO DE VOO. PERDA DO VOO SUBSEQUENTE DE CONEXÃO. REACOMODAÇÃO DAS PASSAGEIRAS EM NOVO VOO COM ALTERAÇÃO DO AEROPORTO DE PARTIDA. DESLOCAMENTO ENTRE AEROPORTOS CUSTEADO PELAS PASSAGEIRAS. VOO DE CONEXÃO REAGENDADO COM DIFERENÇA DE 9 HORAS EM RELAÇÃO AO HORÁRIO ORIGINAL. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA AERONAVE. FORTUITO INTERNO. RISCO DA ATIVIDADE. OFERECIMENTO DAS ALTERNATIVAS DE REEMBOLSO OU DE REACOMODAÇÃO EM VOO DA PREFERÊNCIA DO PASSAGEIRO NÃO DEMONSTRADO. DEVERES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO 400/2016 DA ANAC NÃO ATENDIDOS INTEGRALMENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR. RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE VIAGENS QUE APENAS INTERMEDIOU A COMERCIALIZAÇÃO DAS PASSAGENS AÉREAS AFASTADA. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO EVIDENCIADO. DANOS MATERIAL E MORAL COMPROVADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUE NÃO COMPORTA ALTERAÇÃO. RECURSOS DA RÉ AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A DESPROVIDO E DA RÉ GOTOGATE AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA. PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0018723-23.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 09.02.2024)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA COMPANHIA AÉREA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA. NÃO CABIMENTO. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS COMPANHIAS AÉREAS EM DECORRÊNCIA DA MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS É REGULADA PELO CDC. NEGATIVA DE EMBARQUE DE ANIMAL. AUTOR QUE NA

MESMA DATA COMPARECEU EM OUTRA COMPANHIA AÉREA E CONSEGUIU EMBARQUE IMEDIATO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CARACTERIZADA. DANO MATERIAL RESTRITO AO PREJUÍZO COMPROVADO NOS AUTOS. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM QUE MERECE SER MINORADO DE R\$8.000,00 PARA R\$4.000,00. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. VALOR SUFICIENTE PARA REPARAR O ABALO SOFRIDO, SEM, ENTRETANTO, GERAR O ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO AUTOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0001607-46.2023.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE ÁEREO INTERNACIONAL. AQUISIÇÃO DE PASSAGENS ATRAVÉS DE PROGRAMA DE MILHAGEM. CANCELAMENTO DE VOO EM RAZÃO DE DESCONTINUIDADE DE ROTA. NEGATIVA DE REACOMODAÇÃO DA PASSAGEIRA. LEGITIMIDADE PARA O PROCESSO DA EMPRESA QUE ADMINISTRA O PROGRAMA “SMILES”. SOLIDARIEDADE DA CADEIA DE FORNECIMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO POR AMBOS OS FORNECEDORES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS. DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE NOVAS PASSAGENS. PROVA SUFICIENTE. REEMBOLSO DEVIDO. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. DESCUMPRIMENTO DE OFERTA. FRUSTRAÇÃO DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR. RECURSOS DA AUTORA PROVIDO E DA RÉ GOL LINHAS AÉREAS S/A (SMILES) DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0058662-25.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 23/02/2024)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE ÁEREO INTERNACIONAL. PRIMEIRO CANCELAMENTO DA VIAGEM EM RAZÃO DA PANDEMIA. RÉ QUE RESTRINGIU A OPÇÃO DE ESCOLHA DOS AUTORES PARA A REMARCAÇÃO DAS PASSAGENS. RESTRIÇÃO DE ENTRADA NO PAÍS DE DESTINO. AUSÊNCIA DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA PELA RÉ QUE TORNOU INVIÁVEL A SOLUÇÃO APRESENTADA PELOS AUTORES AO COBRAR VALOR ABUSIVO PARA A REMARCAÇÃO DAS PASSAGENS. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS RECLAMANTES ADSTRITA AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO PRINCIPAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE CINCO VOUCHERS PARA PASSAGENS AÉREAS CONFORME INICIALMENTE CONTRATADO. PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE.

CONDENAÇÃO DA RÉ NA OBRIGAÇÃO DE FAZER REQUERIDA PELOS RECLAMANTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003494-19.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 20/02/2024)

RECURSO INOMINADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NA REMARCAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS. ATENDIMENTO A ACÓRDÃO ANTERIOR. INADEQUAÇÃO EM DISPONIBILIZAR CRÉDITO E/OU OPTAR À EXEQUENTE OUTRAS PASSAGENS/DESTINOS MEDIANTE VOUCHER OU CUPOM DE DESCONTO. LITIGANTES QUE DEVERÃO INDICAR OPÇÕES DE DATAS PARA AS DUAS PASSAGENS JÁ ADQUIRIDAS A SEREM REMARCADAS, TUDO PONDERANDO LAPSO TEMPORAL RAZOÁVEL A FIM DE VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. FACULDADE NA EMISSÃO FÍSICA DAS REMARCAÇÕES. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0004525-25.2023.8.16.0187](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 14/02/2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE TERRESTRE. AUSÊNCIA DE ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO VALE-PEDÁGIO AO TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA (TAC). INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE QUE O AUTOR TINHA CONHECIMENTO DA INCLUSÃO DO MENCIONADO ENCARGO NO VALOR DO FRETE ACORDADO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 8º DA LEI 10.209/2001. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (LJE, ART. 46). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0042258-74.2022.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE. ATRASO NO DESCARREGAMENTO. COBRANÇA DE ESTADIA SUPERIOR A CINCO HORAS COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 11.442/2007. PROVA SUFICIENTE NOS AUTOS. DOCUMENTO QUE INDICA O HORÁRIO COM CARIMBO E ASSINATURA DE PREPOSTO DA RECLAMADA. TICKET DE PESAGEM QUE INDICA APENAS A DATA DA SAÍDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0009320-30.2022.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: Juíza de Direito da Turma RECURSAL DOS JUIZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE TERRESTRE. INDENIZAÇÃO POR DEMORA NO DESCARREGAMENTO. LEI Nº 11.442/2007. RECLAMANTE NÃO CONTRATADO COMO TAC (TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGAS). DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A CONTRATAÇÃO EM NOME DE EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS (ETC), DE QUE O AUTOR É SÓCIO ADMINISTRADOR. CAMINHÃO DE TITULARIDADE DA SOCIEDADE. PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA CUJAS PERSONALIDADES NÃO SE CONFUNDEM. ILEGITIMIDADE ATIVA DO AUTOR RECONHECIDA. PLEITO DE CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DE QUE O RECORRIDO PRETENDIA INDUZIR O JUÍZO A ERRO. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0001766-03.2021.8.16.0141](#) - Realeza - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 05/02/2024

5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ENCERRAMENTO DE CURSO SEMIPRESENCIAL DE FISIOTERAPIA POR NÃO FORMAÇÃO DE TURMA. INSURGÊNCIA RECURSAL QUANTO AOS CONECTIVOS LEGAIS E A REPARAÇÃO MORAL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA QUANTO AO CANCELAMENTO DO CURSO. IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DAS MATÉRIAS JÁ CURSADAS PARA DAR CONTINUIDADE À GRADUAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS VERIFICADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM QUE MERECE SER FIXADO EM R\$5.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTE DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0006870-02.2023.8.16.0045](#) - Arapongas - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA. CONTRATAÇÃO DE CURSO DE “DEV FULL STACK”. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA POR SOMENTE PERMITIR CANCELAMENTO EM ATÉ 30 DIAS DO INÍCIO DAS AULAS. NÃO POSSIBILIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL. DIFICULDADE NO CANCELAMENTO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. ANOTAÇÕES EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO ANTERIORES À INSCRIÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO PELO ATO ILÍCITO DE OBRIGAR A PERMANECER ALUNO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001794-45.2023.8.16.0029](#) - Colombo - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 24.02.202

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTORA IMPOSSIBILITADA DE CURSAR PARTE PRÁTICA DE DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DEVIDO À GESTAÇÃO DE RISCO EM PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID19. POSSIBILIDADE DE CONTINUIDADE POSTERIOR DA MATÉRIA. INCONTROVERSA REALIZAÇÃO DA PARTE TEÓRICA DA MATÉRIA, RESTANDO APENAS A REALIZAÇÃO DA PARTE PRÁTICA. SERVIÇOS EDUCACIONAIS PRESTADOS A CONTENTO. CURSO TRANCADO. PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL INEXISTENTE NOS AUTOS.

INDEVIDO RESSARCIMENTO DE VALORES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0017827-92.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS* MARCEL LUIS HOFFMANN J. 23.02.2024

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E INDENIZATÓRIA. PARCELAMENTO ESTUDANTIL PRIVADO (PMT) NÃO APROVADO. PAGAMENTO AUTÔNOMO DAS MENSALIDADES COMPROVADO. COBRANÇAS INDEVIDAS. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PROVA DE EXCEPCIONAL REPERCUSSÃO NA ESFERA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE. DANO IMATERIAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0031519-27.2023.8.16.00144](#) - Londrina - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS* MARCEL LUIS HOFFMANN J. 09.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. INSURGÊNCIA RECURSAL LIMITADA AOS DANOS MORAIS. REPROVAÇÃO POR FALTA. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO. INTERNAMENTO. COMPLICAÇÕES POR CIRURGIA. FALTAS DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL DEMONSTRADO NO CASO EM TELA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0000934-96.2020.8.16.0078](#) - Curiúva - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO* FERNANDA BERNERT MICHIELIN J. 06.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CURSO PROFISSIONALIZANTE DE SOCORRISTA. CONTRATO EDUCACIONAL PREVIA A REALIZAÇÃO DAS AULAS NA CIDADE DE COLOMBO/PR. IES TRANSFERIU AS AULAS PARA CURITIBA/PR. INSTABILIDADE DOS SISTEMAS DA RÉ. DIFICULDADES NA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE MÓDULOS DO CURSO. DILAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA. ART. 14 DO CDC. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DO MONTANTE PAGO A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO. DANOS MATERIAIS MAJORADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, FRUSTRAÇÃO DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA DA CONSUMIDORA EM OBTER DIPLOMA NO CURSO PRETENDIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0001724-28.2023.8.16.0029](#) - Colombo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM J. 05.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEMORA EXCESSIVA NA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS QUE VERSEM SOBRE A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR, AINDA QUE A PRETENSÃO SE LIMITE AO PEDIDO INDENIZATÓRIO. TEMA 1154 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARTIGO 51, II, DA LEI FEDERAL 9.099/95. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PREJUDICADO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0005303-29.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. RECLAMAÇÃO CÍVEL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. CURSO DE SOLDADOR. INSATISFAÇÃO QUANTO A QUALIDADE DAS AULAS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RÉ. AULAS USUFRUÍDAS PELO ALUNO. DANO MATERIAL INDEVIDO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DAS ALEGADAS OFENSAS PERPETRADAS PEELA RECLAMADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0005590-63.2022.8.16.0034](#) - Piraquara - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDA DE QUADROS JORGENSEN GERONASSO J. 05.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. COMENTÁRIOS EM GRUPO DE WHATSAPP. ACUSAÇÃO DE ALICIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PERTENCENTES A OUTRAS ESCOLAS. MENSAGENS DIRECIONADAS ÀS AUTORAS. MANIFESTAÇÕES QUE EXTRAPOLAM A ESFERA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. IMPOSSIBILIDADE DE MINORAR O QUANTUM DAS INDENIZAÇÕES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0067499-69.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM J. 05.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. IMPEDIMENTO PARTICIPAÇÃO EM COLAÇÃO DE GRAU. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DO ENADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES QUE SE CARACTERIZA COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA CONDUTA DA REQUERIDA. IMPEDIMENTO NA PARTICIPAÇÃO APENAS NO ATO SOLENE DA COLAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0001137-88.2023.8.16.0034](#) -Piraquara - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS* CAMILA HENNING SALMORIA J. 05.02.2024)

RECURSO INOMINADO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. PROBLEMAS COM APROVEITAMENTO DE GRADE CURRICULAR DE CURSO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO ÀS AULAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS RECONHECIDOS EM SENTENÇA. INDENIZAÇÃO QUE NÃO COMPORTA ADEQUAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001326-15.2023.8.16.0148](#) - Rolândia - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS* MARCEL LUIS HOFFMANN - J. 23.02.2024)

6. MATÉRIA RESIDUAL

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE IMÓVEL. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO – ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EMBARGOS À EXECUÇÃO QUE SERVEM PARA DISCUTIR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CASO DOS AUTOS QUE TRATA DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CABIMENTO DE IMPUGNAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 523 E 525 DO CPC. TESE DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO - PRELIMINAR AFASTADA. MÉRITO. IMÓVEL LOCADO A TERCEIROS. DESTINAÇÃO DO ALUGUEL PARA MORADIA OU SUBSISTÊNCIA DA FAMÍLIA DEMONSTRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 486, DO STJ. CREDOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS DE AFASTAR AS ALEGAÇÕES TRAZIDAS. IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA EVIDENCIADA. PRECEDENTES. DECISÃO REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000225-54.2024.8.16.0132](#) - Peabiru - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DÍVIDA CONDOMINIAL. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. OBRIGAÇÃO “PROPTER REM”. PENHORA DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE CUJA PROPRIEDADE PERTENCE A TERCEIRO. PENHORA SOBRE OS DIREITOS ADVINDOS DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. ART. 835, XII, CPC. EXTINÇÃO PREMATURA. RETORNO À ORIGEM. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001685-45.2014.8.16.0191](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONDÔMINOS QUE SOFRERAM LESÕES CORPORAIS E DANOS PATRIMONIAIS SOBRE A UNIDADE EM QUE RESIDEM PERPETRADAS POR TERCEIRO. ENTRADA DO TERCEIRO COM A AUTORIZAÇÃO DA PORTARIA. RESPONSABILIDADE DO CONDOMÍNIO CONFIGURADA. PRESENÇA DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DEVER DE INDENIZAR PELOS DANOS MATERIAIS SUPORTADOS. DANO MORAL CONFIGURADO. PECULIARIDADES DO

CASO CONCRETO. PEDIDOS INICIAIS PARCIALMENTE PROCEDENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0020585-88.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA FERNANDA SCHEIDEMANTEL NOGARA FERREIRA DA COSTA - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DEMANDA PROPOSTA POR PESSOA JURÍDICA. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS FISCAIS COMPROBATÓRIOS DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CUJA EXECUÇÃO PRETENDEU. ALTERAÇÃO DO ENUNCIADO 135 DO FONAJE QUE RETIROU A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL REFERENTE AO NEGÓCIO JURÍDICO. ENTENDIMENTO JÁ FIRMADO PELAS TURMAS RECURSAIS DO PARANÁ. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O ESGOTAMENTO DA VIA JURISDICIONAL E PARA ASSEGURAR O EXERCÍCIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000961-66.2023.8.16.0113](#) - Marialva - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO MATERIAL E MORAL. ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO VERIFICADA. CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO. DEPENDENTE QUÍMICO. CONTRATAÇÃO PARTICULAR. INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA. EVASÃO DO PACIENTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. ART. 14 DO CDC. SERVIÇO PRESTADO DE FORMA PARCIAL. REEMBOLSO QUE NÃO MERECE GARANTIA. SUSPENSÃO DAS PARCELAS VINCENDAS. SITUAÇÃO QUE EXTRAPOLA O MERO ABORRECIMENTO DO COTIDIANO. DANO MORAL VERIFICADO. “QUANTUM” INDENIZATÓRIO MORAL ADEQUADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0000940-39.2023.8.16.0130](#) - Paranavaí - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO EM LOJA ESPECIALIZADA. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE. FORMALIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO POR TERCEIRO MESMO COM O REGISTRO DO BEM EM NOME DO AUTOR. OBRIGAÇÃO DA LOJA EM PROMOVER A

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE ANTES DE REVENDER O BEM. PRECEDENTE DO STJ. EMPRESA RÉ ESPECIALIZADA NO RAMO DE VENDA DE VEÍCULOS USADOS QUE AGIU EM DESCONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E LEALDADE CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO PARA O NOME DA LOJA, A QUAL TINHA PROCURAÇÃO DO ANTIGO PROPRIETÁRIO. AUTOR QUE FOI CITADO EM AÇÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO APÓS A ENTREGA DO VEÍCULO À RÉ. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO. QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), QUE ATENDE ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DAS DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA NA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. POSSIBILIDADE. RÉ QUE DEU CAUSA AO PREJUÍZO SUPORTADO PELO AUTOR. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0025711-41.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 11.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LOCAÇÃO DE VESTIDO. COBRANÇA ARBITRÁRIA DE MULTA. INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PAGAMENTO EFETIVADO. MANUTENÇÃO INDEVIDA. DESRESPEITO AO PRAZO DE 05 DIAS ÚTEIS. ENUNCIADO Nº 11 DA 1ª TURMA RECURSAL DO TJ/PR. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVAÇÃO PREEXISTENTE. DANO MORAL VERIFICADO. “QUANTUM” FIXADO EM R\$3.000,00. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001923-71.2022.8.16.0195](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AGENCIAMENTO DE MODELO. SERVIÇOS PARCIALMENTE PRESTADOS. FOTOGRAFIAS TRATADAS, “CLICK E CD-BOOK” NÃO ENTREGUES. RESTITUIÇÃO PARCIAL DO VALOR PAGO. USO DA IMAGEM DA AUTORA EM PROPAGANDA. CACHÊ NÃO PAGO. MAJORAÇÃO DO VALOR CONDENATÓRIO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001425-45.2022.8.16.0204](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 25.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE RECLAMANTE. PLEITO DE REFORMA E PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – POSSIBILIDADE. SERVIÇOS DE ANÚNCIO DE PUBLICIDADE DIGITAL. OFERTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM CUSTO E POSTERIOR COBRANÇA. GOLPE DA LISTA TELEFÔNICA. VIOLAÇÃO AOS DEVERES DE INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E BOA-FÉ. PRÁTICA ABUSIVA. NEGÓCIO JURÍDICO DECLARADO NULO. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO POR DÉBITO INEXIGÍVEL – DANO MORAL IN RE IPSA. CONDENAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000226-26.2022.8.16.0159](#) - São Miguel do Iguazu - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. LEGITIMIDADE ATIVA VERIFICADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. PRODUTO NÃO ENTREGUE. “PLAYSTATION”. PAGAMENTO ATRAVÉS DO MERCADO PAGO. PARTICIPE DA CADEIA DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA. DANO MATERIAL COMPROVADO. REEMBOLSO DEVIDO. DANO MORAL VERIFICADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0001175-17.2023.8.16.0191](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSOS INOMINADOS. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OFERTA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA DE AR-CONDICIONADO. PRODUTO NÃO ENTREGUE. MERCADORIA QUE FOI ANUNCIADA COM UM VALOR INFERIOR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES AFASTADA – PRESENÇA DE DIALETICIDADE NO APELO. MÉRITO. RECURSOS DA PARTE RECLAMADA. PLEITO DE REFORMA E IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – POSSIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO NA DIVULGAÇÃO DO VALOR. DESPROPORÇÃO COM O VALOR MÉDIO DE MERCADO. RECUSA PARA O CUMPRIMENTO DA OFERTA JUSTIFICADA – CONDENAÇÃO AFASTADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE - ÔNUS QUE INCUMBIA AO RECLAMANTE – ART. 373, INCISO I, DO CPC. PRECEDENTES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSOS INOMINADOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000197-71.2023.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 25.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO OBRIGACIONAL E INDENIZATÓRIA. “SEM PARAR”. TARIFA DIFERENCIADA AOS MORADORES DE MANDAGUARI/PR. DESCONTO NÃO CONFERIDO. COBRANÇAS ACIMA DO PREVISTO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO PARCIAL DA FATURA. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. DÍVIDA PARCIALMENTE INDEVIDA. INSCRIÇÃO ILÍCITA REFERENTE AOS VALORES ACIMA DO DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. ENUNCIADO 11 DA 1ª TR/PR. PRECEDENTES. “QUANTUM” REDUZIDO PARA R\$6.000,00. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002009-94.2022.8.16.0113](#) - Marialva - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSOS INOMINADOS. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. LOCAÇÃO DE VEÍCULO. CARRO DEVOLVIDO COM AVARIAS NO PNEU E NA RODA. “PROTEÇÃO BÁSICA” CONTRATADA. PREVISÃO DE COPARTICIPAÇÃO EM AVARIAS/DANOS. RESPONSABILIDADE DA LOCATÁRIA. COBRANÇAS PARCIALMENTE INDEVIDAS. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE O PNEU NÃO COMPORTAVA REPARO. RESTITUIÇÃO DO EXCESSO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL NÃO VERIFICADO. AUSÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0000421-82.2022.8.16.0200](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. SERVIÇOS DE DEPILAÇÃO A LASER. PARTE AUTORA QUE SUSTENTA A EXISTÊNCIA DE ASSINATURA EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PORÉM COM PAGAMENTOS A SEREM REALIZADOS MEDIANTE BOLETO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO, AINDA, DE RECEBIMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO REQUERIDO. PARTE RÉ QUE APRESENTA CONTRATO ASSINADO COM AUSÊNCIA DE CLÁUSULAS QUE DETERMINEM O FUNCIONAMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATAÇÃO QUE FOI EMBUTIDA NO CONTRATO PRINCIPAL. INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUE DEMONSTREM QUE A

CONSUMIDORA POSSUÍA INEQUÍVOCA CIÊNCIA ACERCA DA CONTRATAÇÃO DO REFERIDO CARTÃO. DEVER DE INFORMAÇÃO VIOLADO. AUSÊNCIA DE BOA-FÉ CONTRATUAL. NECESSIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL, COM CONSEQUENTE INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS ORIUNDOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS. INSURGÊNCIA RECURSAL DA CONSUMIDORA PUGNANDO PELA REFORMA DO DECISUM VERGASTADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0001849-06.2023.8.16.0058](#) - Campo Mourão - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 11.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO ESTÉTICO. SURGIMENTO DE EFEITO COLATERAL APÓS A REALIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO QUANTO AOS POSSÍVEIS EFEITOS ADVERSOS DO TRATAMENTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RECLAMADA. PLEITO DE REFORMA E AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS – POSSIBILIDADE. LAUDO PERICIAL QUE CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE ERRO MÉDICO E FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RECLAMADA QUE INFORMOU A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE HIALURONIDADE PARA AMENIZAR OS EFEITOS COLATERAIS APRESENTADOS. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO DOS POSSÍVEIS EFEITOS ADVERSOS DO PROCEDIMENTO NÃO EVIDENCIADA. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E NEXO DE CAUSALIDADE. DANOS MORAIS AFASTADOS. SENTENÇA REFORMADA RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0000633-56.2023.8.16.0075](#) - Cornélio Procopio - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 07.03.2024)

RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. NÃO ACOLHIMENTO. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO FORO DE DOMICÍLIO DA PARTE AUTORA. DICÇÃO DO INCISO III DO ART. 4º DA LEI 9.099/95. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS. DESNECESSIDADE. CALENDÁRIO PÚBLICO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE DEFINE OS FERIADOS DA JUSTIÇA ESTADUAL. RECURSO TEMPESTIVO. O FATO DE A PARTE FIGURAR COMO RÉU, EM REGIME DE LITISCONSÓRICO COM SEU MARIDO, EM AÇÃO DE COBRANÇA NÃO CAUSA DE

GERAR DANOS MORAIS NA MODALIDADE IN RE IPSA. NECESSIDADE DE PROVAS DO ABALO EXTRAPATRIMONIAL. ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO (CPC - ART. 373, I). DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001815-92.2022.8.16.0049](#) - Astorga - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR - J. 22.03.2024)

7. PLANOS DE SAÚDE

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FACECTOMIA. LENTES INTRAOCULARES. PLEITO DE REEMBOLSO. PRÓTESE LIGADA AO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. ART. 10, VII, DA L9656. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO PRÉVIO DE COBERTURA À OPERADORA. DIREITO DE ANÁLISE DO PEDIDO PELA OPERADORA DESDENHADO. RN 424/2017. REEMBOLSO PARCIAL LÍCITO. OBSERVÂNCIA À TABELA PREVISTA EM CONTRATO. PROCEDIMENTO REALIZADO POR MÉDICO E EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADOS. RESPEITO AOS LIMITES DA TABELA. CIRURGIA DE CARÁTER ELETIVO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA 1ª TR/PR. DANO MATERIAL E MORAL NÃO VERIFICADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0012264-64.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO DE BRAQUICEFALIA POSICIONAL. TRATAMENTO DE URGÊNCIA. NEGATIVA DE COBERTURA. EXCLUSÃO CONTRATUAL DE CUSTEIO DE ÓRTESES/PRÓTESES NÃO LIGADAS A ATO CIRÚRGICO. ÓRTESE CRANIANA “STARBAND” INDICADA PELO MÉDICO ASSISTENTE EM SUBSTITUIÇÃO A TRATAMENTO NEUROCIRÚRGICO DE ELEVADO RISCO. NEGATIVA QUE COLOCA O CONSUMIDOR EM DESVANTAGEM EXAGERADA. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RESSARCIMENTO DO PAGAMENTO EFETUADO PELO BENEFICIÁRIO DEVIDO. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0013691-96.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS HELDER LUIS HENRIQUE TAGUCHI - J. 23.02.2024)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO INDENIZATÓRIA. NULIDADE DA SENTENÇA NÃO VERIFICADA. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE INCAPAZ. MÉRITO. INTERNAMENTO PSIQUIÁTRICO. REGIME DE COPARTICIPAÇÃO. LEGALIDADE. TEMA 1032 DO STJ. CLÁUSULA LIMITATIVA. REDAÇÃO SEM DESTAQUE. NULIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 54, §4º C/C ART. 51, XV, AMBOS DO CDC. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0003668-13.2022.8.16.0187](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. PACIENTE ACOMETIDA PELO VÍRUS DA COVID-19. NEGATIVA DE REEMBOLSO DO TRATAMENTO ENVOLVENDO O USO DO MEDICAMENTO TOCILIZUMABE-ACTEMRA. INTERNAÇÃO EM UTI (UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA). AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ROL DA ANS (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR) QUE NÃO BASTA PARA JUSTIFICAR A EXCLUSÃO DESSE TRATAMENTO. NATUREZA DO EXEMPLIFICATIVA DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS. LEI N. 14.454/2022 QUE PÔS FIM À DISCUSSÃO EM TORNO DO TEMA, ESTABELECENDO QUE O ROL DE PROCEDIMENTOS EM SAÚDE SUPLEMENTAR PELA ANS SERVE DE “REFERÊNCIA BÁSICA” PARA A COBERTURA DOS PLANOS DE SAÚDE. NEGATIVA INDEVIDA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR COTIDIANO. IMPOSSIBILIDADE DE MINORAR O QUANTUM DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0003718-03.2023.8.16.0026](#) - Campo Largo - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CIRURGIA DE TIREOIDECTOMIA TOTAL. RETIRADA DA TIREOIDE EM RAZÃO DE NÓDULO CANCERÍGENO. CARCINOMA PAPILÍFERO. AUSÊNCIA DE CLÍNICA CREDENCIADA QUE REALIZASSE O PROCEDIMENTO NA CIDADE DE RESIDÊNCIA DO AUTOR. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARTICULAR. SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA DE REEMBOLSO. NEGATIVA DO PLANO DE SAÚDE. DEVER DE RESTITUIR PARCIALMENTE OS VALORES DESEMBOLSADOS. LIMITAÇÃO DO VALOR DE ACORDO COM A TABELA DE REFERÊNCIA DE PREÇOS DE SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E OS VALORES PAGOS AOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS. CONECTÁRIOS LEGAIS FIXADOS EM CONSONÂNCIA À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0016450-74.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS ADRIANA DE LOURDES SIMETTE - J. 05.03.2024)

8. SEGURO FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO

RECURSO INOMINADO. SEGURO FACULTATIVO. COBERTURA POR INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA FUNCIONAL (IPDF). DEVERES DE INFORMAÇÃO RELATIVAMENTE ÀS COBERTURAS DO SEGURO OPOSTÍVEIS EXCLUSIVAMENTE À ESTIPULANTE. MATÉRIA DEFINIDA NO JULGAMENTO DO TEMA 1112 DO STJ. ENQUADRAMENTO NA HIPÓTESE QUE EXIGE PERDA DE EXISTÊNCIA INDEPENDENTE. ASPECTO NÃO CONFIGURADO. COBERTURA INDEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0040369-54.2020.8.16.0021](#) - Cascavel - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS VANESSA BASSANI - J. 24/02/2024)

RECURSO INOMINADO COBRANÇA DE SEGURO. CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR COM ASSOCIAÇÃO. ATIVIDADE EQUIPARADA À DE SEGURADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CORRÊ VERIFICADA. SEGURADO QUE TAMBÉM FIGURA O POLO PASSIVO DA DEMANDA. SÚMULA 529, STJ. NEGATIVA DE COBERTURA. CAUSADOR DO DANO CUJA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (CNH) ESTAVA VENCIDA. FATO QUE NÃO É SUFICIENTE PARA O AGRAVAMENTO DO RISCO SECURITÁRIO. PRECEDENTES DO TJPR. COBERTURA DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0012140-25.2022.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MANUELA TALLÃO BENKE - J. 18/03/2024)

RECURSOS INOMINADOS 01 E 02. SEGURO FACULTATIVO. PROTEÇÃO VEICULAR. NEGATIVA DE COBERTURA SECURITÁRIA POR ATOS DE NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DE R\$ 13.000,00 (TREZE MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS, ASSIM COMO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, NO MONTANTE DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS). INSURGÊNCIA RECURSAL. RECURSO INOMINADO 01. AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, QUAL SEJA, O RECOLHIMENTO INTEGRAL DO PREPARO NO PRAZO LEGAL. ENUNCIADO 80 DO FONAJE. DESERÇÃO. RECURSO INOMINADO 02. AUSÊNCIA DE PROVA APTA A JUSTIFICAR A NEGATIVA DA COBERTURA SECURITÁRIA. LIMITADO CONJUNTO PROBATÓRIO QUE NÃO É CAPAZ DE DEMONSTRAR NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA DO SEGURADO. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO UNILATERALMENTE. PROVA FRÁGIL. FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DO

AUTOR NÃO COMPROVADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO SÃO CAPAZES DE INFIRMAR O JULGADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENAÇÃO DOS RECORRENTES 01 E 02 AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. RECURSO INOMINADO 01 NÃO CONHECIDO. RECURSO INOMINADO 02 CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0001811-05.2022.8.16.0195](#) - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS DENISE HAMMERSCHMIDT - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO. SEGURO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR. ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. SERVIÇO DE CARÁTER SECURITÁRIO. APLICAÇÃO DA LEI CONSUMERISTA. PRECEDENTES. PRELIMINARES REJEITADAS. NEGATIVA DE INDENIZAÇÃO. FALTA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUE NÃO SE ASSEMELHA À COMPROVAÇÃO DE INVERDADES. MÁ-FÉ DO SEGURADO NÃO DEMONSTRADA. DEVER DE INDENIZAR. TABELA FIPE DA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO E RETENÇÃO DE COPARTICIPAÇÃO E MENSALIDADES. INEXISTÊNCIA DE CONCORDÂNCIA. TERMO DE FILIAÇÃO NÃO ASSINADO. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO. ACOLHIMENTO. DIREITO DA SEGURADORA. CONTRIBUIÇÃO NA SUB-ROGAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0002423-48.2022.8.16.0160](#) - Sarandi - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - J. 18.03.2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RECLAMADA. PROTEÇÃO VEICULAR – RELAÇÃO QUE SE EQUIPARA AO CONTRATO DE SEGURO – APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – ENTENDIMENTO PACIFICADO ENTRE AS TURMAS RECURSAIS DESTES E TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACIDENTE ENVOLVENDO O VEÍCULO PROTEGIDO – DEMORA EXCESSIVA PARA A REALIZAÇÃO DO CONSERTO – AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE CARRO RESERVA – DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECLAMADA QUE NÃO COMPROVOU FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO PLEITEADO – ÔNUS QUE LHE INCUMBIA – ART. 373, INCISO II, DO CPC. LUCROS CESSANTES DEVIDOS – RECLAMANTE QUE PRESTA SERVIÇOS COMO MOTORISTA DE APLICATIVO – JUNTADA DE COMPROVANTES DO PREJUÍZO – MÉDIA DE RENDIMENTOS MENSAIS. ABATIMENTO DE CUSTOS

OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO - JUÍZO DE EQUIDADE. PRECEDENTES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS - DEVER DE INDENIZAR QUE NÃO DECORRE DO PRÓPRIO FATO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OFENSA A DIREITO DA PERSONALIDADE - ÔNUS QUE INCUMBIA AO AUTOR - ART. 373, INCISO I, DO CPC - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO É ABSOLUTA. RECURSO DO RECLAMANTE. PRELIMINARMENTE - CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. MÉRITO. DEVIDA A MAJORAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES ARBITRADOS - DECISÃO QUE DEIXOU DE CONSIDERAR A APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTES DE RENDIMENTOS SEMANAIS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DO DANO MORAL PREJUDICADO - INDENIZAÇÃO AFASTADA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO DA RECLAMADA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO INOMINADO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR -5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0009038-32.2022.8.16.0038](#) - Fazenda Rio Grande - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE CONTRATAÇÃO. DESCONTO QUE CARECE DE EXPRESSA AUTORIZAÇÃO PELO BENEFICIÁRIO. DEVIDA A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR A PARTIR DA DATA DOS DESCONTOS, NOS TERMOS DA SÚMULA 43 DO STJ. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0009740-04.2023.8.16.0018](#) - Maringá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FERNANDO SWAIN GANEM - J. 24.02.2024)

RECURSO INOMINADO. SEGURO RESIDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. ALEGAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VENDAVAL. RECUSA CALCADA NA AUSÊNCIA DO EVENTO TÉCNICAMENTE DEFINIDO COMO VENDAVAL. A CONTRATAÇÃO DE SEGURO COM OBJETIVO DE SE PRECAVER CONTRA INTEMPÉRIE. BOA FÉ CONTRATUAL. CLÁUSULA LIMITATIVA. ABUSIVIDADE. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA EM PROL DO CONSUMIDOR. PREJUÍZOS DECORRENTES DE FORTES VENTOS E CHUVAS. COBERTURA DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0001348-92.2023.8.16.0077](#) - Cruzeiro do Oeste - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS IRINEU STEIN JUNIOR* - J. 22/03/2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ILEGITIMIDADE DA NEGATIVA DA COBERTURA. SEGURO PARA GERADOR. DANOS CAUSADOS POR OSCILAÇÃO DE TENSÃO NA REDE ELÉTRICA. NEGATIVA DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA E ADEQUADA SOBRE AS CLÁUSULAS LIMITATIVAS PREVISTAS NAS CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO. APÓLICE QUE PREVÊ COBERTURA PARA DANOS ELÉTRICOS. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. ART. 47 DO CDC. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. NECESSIDADE, CONTUDO, DE ABATIMENTO DO VALOR DA FRANQUIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0001565-06.2022.8.16.0099](#) - Jaguapitã - Rel.: *JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOADO* - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. NEGATIVA DE COBERTURA. SEGURO OBRIGATÓRIO. CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA CONDICIONADA À CONTRATAÇÃO DE SEGURO ESPECÍFICO. LAVOURA DE MILHO. PERDA DA SAFRA. INFESTAÇÃO DE PRAGA. RISCO EXCLUÍDO. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O AUTOR FOI CIENTIFICADO DOS TERMOS DA APÓLICE. VIOLAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. ART. 6º, INCISO III, DO CDC. NEGATIVA ILEGÍTIMA. DEVIDA A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO CONTRATO. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO QUE NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO, SOB PENA DE CONFIGURAR O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO SEGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 3ª Turma Recursal - [0000372-12.2023.8.16.0069](#) - Cianorte - Rel.: *Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Fernando Swain Ganem* - J. 24/02/2024)

9. TELECOMUNICAÇÕES

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. TELECOMUNICAÇÕES. COBRANÇA INDEVIDA POR MULTA DE QUEBRA DE FIDELIDADE. LIGAÇÕES TELEFÔNICAS EXCESSIVAS PARA COBRANÇA DE DÍVIDA INEXIGÍVEL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO. RECURSO DA RECLAMADA. PLEITO PELO RECONHECIMENTO DA LEGALIDADE DA COBRANÇA DE MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE - IMPOSSIBILIDADE - RECLAMANTE QUE SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATÓRIO, ART. 373, I, CPC - COMPROVOU QUE O PEDIDO DE CANCELAMENTO DO SEGUNDO PLANO OCORREU POR ORIENTAÇÃO DO TÉCNICO DA OPERADORA (MOV. 25.3) - PLANO DE TELEFONIA E INTERNET QUE FORAM UNIDOS EM UM SÓ PLANO PELO TÉCNICO - DESNECESSIDADE DE MANTER O PLANO ANTIGO QUE APENAS ABRANGIA OS SERVIÇOS DE INTERNET. MULTA POR QUEBRA DE FIDELIDADE INDEVIDA. PLEITO PELO AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS OU, SUBSIDIARIAMENTE, A REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO - POSSIBILIDADE - PESSOA JURÍDICA QUE NÃO DETÉM HONRA SUBJETIVA - AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A SITUAÇÃO NARRADA NOS AUTOS IMPLICOU EM VIOLAÇÃO DA HONRA OBJETIVA - COBRANÇA INDEVIDA E LIGAÇÕES EXCESSIVAS QUE NÃO GERARAM DANOS À IMAGEM, AO BOM NOME, À FAMA OU À REPUTAÇÃO DA RECORRENTE - DANO MORAL INDEVIDO. AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0023458-80.2023.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: MARIA ROSELI GUIESSMANN JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS - J. 08/03/2024)

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TELEFONE FIXO E TV POR ASSINATURA. FALHA NO SINAL DA TV. COBRANÇAS A MAIOR DO OFERTADO E APÓS O CORTE DO SINAL. RECLAMAÇÕES INFRUTÍFERAS. AUSÊNCIA DA JUNTADA DO CONTRATO CELEBRADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CARACTERIZADA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES COBRADOS APÓS A SUSPENSÃO DO SINAL. ART. 42, P. ÚNICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO QUE MERECE SER REDUZIDO PARA R\$3.000,00. ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO E DE ACORDO

COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0002691-05.2016.8.16.0034](#) - Piraquara - Rel.: ADRIANA DE LOURDES SIMETTE JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS- J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELECOMUNICAÇÕES. CADASTRO DE LINHA SEM CONTRATAÇÃO. TELEFONIA MÓVEL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RECLAMADA. PLEITO PELO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES – IMPOSSIBILIDADE – RECLAMADA NÃO DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO, ART. 3873, II, CPC – AUSÊNCIA DE PROVAS DA EXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA DEVIDA. PLEITO PELO AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPOSSIBILIDADE – COMPROVAÇÃO DA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE – RECLAMANTE, OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, PRECISOU PRESTAR ESCLARECIMENTOS PERANTE INQUÉRITO POLICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE APURAVA A PRÁTICA DE ESTELIONATO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE R\$9.000,00 (NOVE MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PLEITO SUBSIDIÁRIO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE – CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, É DEVIDA A REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), CONSIDERANDO-SE O ENTENDIMENTO DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0018219-76.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: MARIA ROSELI GUIESSMANN JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS J.24/02/2024)

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO INDENIZATÓRIA. GOLPE “SIM SWAP”. TRANSFERÊNCIA DE NÚMERO DE TELEFONE DE UM CHIP PARA OUTRO SEM SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO. ACESSO A REDES SOCIAIS, APLICATIVO DE MENSAGENS E E-MAIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUERIDA QUE POSSUI CONDIÇÕES DE DEMONSTRAR QUE NÃO HOUE DESVINCULAÇÃO DA LINHA AO CHIP. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE. DEVER DE SEGURANÇA DA EMPRESA DE TELEFONIA. DANOS MORAIS DEMONSTRADOS. VALOR ARBITRADO REDUZIDO NO CASO CONCRETO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 1ª Turma Recursal - [0033172-50.2022.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: VANESSA BASSANI JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS- J. 24/02/2024)

RECURSO INOMINADO. TELECOMUNICAÇÕES. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CC DANOS MORAIS. TELEFONIA MÓVEL. LIGAÇÕES PUBLICITÁRIAS EXCESSIVAS. OFERTA DE SERVIÇOS. CADASTRO EM SITE ELETRÔNICO “NÃO ME PERTURBE” DESTINADO AO BLOQUEIO DE CHAMADAS. FATO QUE PERSISTIU APÓS TRANSCORRIDO 30 DIAS DO CADASTRO. CONTINUIDADE DAS LIGAÇÕES DE FORMA ABUSIVA. DANOS MORAIS DEMONSTRADOS NO CASO CONCRETO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO COMPORTA ADEQUAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MULTA DIÁRIA. EXCESSIVIDADE DO VALOR NÃO COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJPR - 2ª Turma Recursal - [0004055-09.2023.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: MARCEL LUIS HOFFMANN JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS - J. 14/02/2024)

10. FAZENDA PÚBLICA

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – CONTRATAÇÃO VIA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – CONDENAÇÃO RETROATIVA A PARTIR DAS CONTRATAÇÕES – IMPOSSIBILIDADE – NATUREZA CONSTITUTIVA – PRECEDENTE DO STJ PUIL 413/RS – TERMO INICIAL – DATA DA ELABORAÇÃO DO LAUDO – BASE DE CÁLCULO – VENCIMENTO INICIAL DA TABELA DO QUADRO GERAL DO ESTADO – ART. 10 DA LEI ESTADUAL N. 10.692/1993 – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002427-23.2019.8.16.0150](#) - Santa Helena - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 27/03/2024)

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE DESVIO DE FUNÇÃO C/C COBRANÇA - SERVIDORA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA - SERVENTE DE LIMPEZA QUE TRABALHA COMO MERENDEIRA - DESVIO DE FUNÇÃO CONFIGURADO – DIREITO AO RECEBIMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS – APLICAÇÃO DA SÚMULA 378 DO STJ – LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 50/2014 QUE INSTITUIU O CARGO DE MERENDEIRA – LEIS COMPLEMENTARES N. 060/2016 E 085/2017 QUE PREVEEM A GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO ESPECIAL DIRECIONADA ÀS SERVENTES DE LIMPEZA QUE EXERCEM ATIVIDADES COMO MERENDEIRAS – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDE APENAS O PRAZO PRESCRICIONAL DO FUNDO DE DIREITO E NÃO INTERFERE NA CONDENAÇÃO – SÚMULA 85 DO STJ – PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL DO PARANÁ – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DO MUNICÍPIO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0019078-31.2021.8.16.0031](#) - Guarapuava - Rel.: Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais Marco Vinicius Schiebel - J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – MUNICÍPIO DE CURITIBA - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ISSQN - AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE OUTROS MUNICÍPIOS (CPOM) – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE ALTERAR A REGRA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA – INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DO ISS DO TOMADOR DE SERVIÇO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE CADASTRO – ENTENDIMENTO FIRMADO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.167.509 (TEMA 1.020) - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 4ª Turma Recursal - [0030589-58.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL** - J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ/PR - AÇÃO DE COBRANÇA – MAGISTÉRIO – LEI MUNICIPAL N. 434/2011 QUE PREVÊ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS DE FÉRIAS – TERÇO CONSTITUCIONAL PAGO SOMENTE SOBRE 30 (TRINTA) DIAS – DIFERENÇAS DEVIDAS – INTELIGÊNCIA DO ART. 45 DA LEI MUNICIPAL N. 434/2011 QUE NÃO DIFERENCIA FÉRIAS DE RECESSO – ENTENDIMENTO FIRMADO NO IRDR - 0048462- 40.2018.8.16.0000 - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001304-16.2021.8.16.0151](#) - Santa Izabel do Ivaí - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL** - J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – SERVIDORA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR – CARGO DE PROFESSORA – PROGRESSÃO FUNCIONAL – PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA PELA TURMA RECURSAL – RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO – PRELIMINAR DE ILIQUIDEZ DA SENTENÇA – INOCORRÊNCIA – AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA PROGRESSÃO REFERENTE AO ANO DE 2010 É MEDIDA QUE SE IMPÕE – FALTA INJUSTIFICADA EM 2009 – REQUISITO QUE NÃO HAVIA SIDO IMPLEMENTADO NA DATA DA ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 1.997/1996 – INCISO III (REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 3.624/2009 – 13/11/2009 – INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO MUNICÍPIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0036853-33.2019.8.16.0030](#) - Foz do Iguaçu - Rel.: **JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL** - J. 04/03/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI/PR – PLEITO DE REENQUADRAMENTO E PROGRESSÃO FUNCIONAL – PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO NÃO CONFIGURADA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ – OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO – TEORIA DA CAUSA MADURA – ART. 1.013, §4º, DO CPC – PROGRESSÃO

DEVIDA APÓS 2 ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO – LEI COMPLEMENTAR N. 529/1997 – DIREITO PREVISTO EM LEI QUE NÃO PODE SER RESTRINGIDO POR DECRETO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE REALIZAR AS AVALIAÇÕES A PARTIR DA DATA DE ADMISSÃO DO SERVIDOR – DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS E SEUS REFLEXOS DEVIDOS CASO CONSTATADO O DIREITO À PROGRESSÃO FUNCIONAL DA PARTE RECLAMANTE – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002316-21.2019.8.16.0156](#) - São João do Ivaí - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL* - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR. PROFESSOR. MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE. PROGRESSÃO FUNCIONAL. DIREITO SUBJETIVO. ATO VINCULADO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO SOB A ALEGAÇÃO DE RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PREVISTAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DO TEMA Nº 1075 STJ. CONECTIVOS LEGAIS ALTERADOS DE OFÍCIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0011344-71.2022.8.16.0038](#) - Fazenda Rio Grande - Rel.: *JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO FERNANDA BERNERT MICHIELIN* - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - AGENTE DE CADEIA CONTRATADO VIA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – ADICIONAL DE ATIVIDADE PENITENCIÁRIA (AAP) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS ANTES DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DAS PARTES ADVERSAS – PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA – INTELIGÊNCIA DO ART. 10 DO CPC – RECONHECIMENTO DO CERCEAMENTO DE DEFESA POR OFENSA AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA – NULIDADE RECONHECIDA – MÉRITO PREJUDICADO – TEORIA DA CAUSA MADURA NÃO CONHECIDA – INOVAÇÃO RECURSAL - SENTENÇA ANULADA COM REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DO MUNICÍPIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0052714-25.2018.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL* - J. 05/02/2024)

AGRAVO DE INSTRUMENTO –JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - TUTELA ANTECIPADA NÃO CONCEDIDA PELO JUIZ SINGULAR – AUSÊNCIA DE DUPLA NOTIFICAÇÃO – PRIMEIRA NOTIFICAÇÃO RECEBIDA PELA AGRAVANTE, EM SUA RESIDÊNCIA – SEGUNDA NOTIFICAÇÃO PUBLICADA MEDIANTE EDITAL, EMBORA NÃO TENHA HAVIDO ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA AGRAVANTE – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO - APLICABILIDADE DA SÚMULA 312 DO STJ – ELEMENTOS DO ARTIGO 300 DO CPC EVIDENCIADOS –RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal [0001648-57.2023.8.16.9000](#) - Curitiba - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL* - J. 05/02/2024)

RECURSO INOMINADO – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – EXAME MÉDICO – INSURGÊNCIA EM RELAÇÃO AO TEMA 793 DO STF – ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO E TRAMITAÇÃO DO FEITO PERANTE À JUSTIÇA FEDERAL – APRECIÇÃO DO MÉRITO ATÉ JULGAMENTO DO TEMA 1234 DO STF – IMPRESCINDIBILIDADE DO EXAME DEMONSTRADA – PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE – ART. 6º E 196 DA CF – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – ART. 1º, III, DA CF – PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL – SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0007935-70.2022.8.16.0173](#) - Umuarama - Rel.: *JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL* - J. 05.02.2024)

11. CRIMINAL

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CERTIDÃO EXPLICATIVA PARA FINS CRIMINAIS. PROCESSO CRIMINAL QUE TRATOU DE DELITO COMETIDO HÁ MAIS DE DEZ ANOS E QUE HOUVE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO AGENTE. PROCESSO CRIMINAL QUE AINDA CONSTA NA CERTIDÃO EXPLICATIVA. PEDIDO DE RETIRADA DA MENÇÃO AOS AUTOS DA CERTIDÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO ESTADO DO PARANÁ ALEGANDO QUE A CERTIDÃO DE “NADA CONSTA” SOMENTE DEVE SER CONCEDIDA PARA FINALIDADE ESPECÍFICA. ALEGAÇÃO AFASTADA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 202, DA LEP. INEXISTÊNCIA DE DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO “NADA CONSTA”, MAS SIM DE EXCLUSÃO DO DELITO EM QUE FOI RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA HÁ MAIS DE DEZ ANOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002913-29.2022.8.16.0109](#) - Mandaguari - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO GIOVANA EHLERS FABRO ESMANHOTTO - J. 14.02.2024)

APELAÇÃO CRIMINAL. CONTRAVENÇÃO PENAL. ESTABELECIMENTO E EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR. ART. 50, DECRETO-LEI 3.688/1941. SENTENÇA CONDENATÓRIA. INSURGÊNCIA DO RÉU. PRELIMINAR DE SOBRESTAMENTO DO FEITO NÃO ACOLHIDA. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 924) PENDENTE DE JULGAMENTO PELO STF, SEM DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO EM ÂMBITO NACIONAL. NO MÉRITO, MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RÉU QUE ERA PROPRIETÁRIO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM QUE FORAM APREENDIDAS DUAS MÁQUINAS DE CAÇA-NÍQUEL. CONFISSÃO ESPONTÂNEA SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS MÁQUINAS E DIVISÃO DOS LUCROS COM FORNECEDOR. RÉU REINCIDENTE NA MESMA PRÁTICA. DOLO ESPECÍFICO EVIDENCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0063635-23.2022.8.16.0014](#) - Londrina - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 04.03.2024)

APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FORMA INTEMPESTIVA. NÃO CONHECIMENTO. CONDENAÇÃO PELO COMETIMENTO DO CRIME CONTRA A FLORA (ART. 48, DA LEI N. 9.605/98). AGENTE QUE CONSTRUIU VIVEIROS E TANQUES PARA A CRIAÇÃO DE ANIMAIS JUNTO A UMA NASCENTE DE ÁGUA, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ART.

4º, IV, DO CÓDIGO FLORESTAL), SEM A DEVIDA PERMISSÃO, LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO COMPETENTE. PRESCINDIBILIDADE DE LAUDO PERICIAL. ARCABOUÇO PROBATÓRIO CONSISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO INTERPOSTO PELO ACUSADO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0005244-55.2021.8.16.0129](#) - Paranaguá - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 04.03.2024)

APELAÇÃO CRIMINAL. DELITO DE LESÃO CORPORAL (ART. 129, CAPUT, DO CP). ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. READEQUAÇÃO DA PENA. AUMENTO DE 1/6 DA PENA BASE EM RAZÃO DE AGRAVANTE. PARÂMETRO ADOTADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E POR ESTA CORTE. REGIME INICIAL MANTIDO. ART. 33, § 2º, DO CP, E SÚMULA Nº 269 DO STJ. PRECEDENTES. SENTENÇA PONTUALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0011895-16.2019.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 14.02.2024)

APELAÇÃO CRIMINAL. RESISTÊNCIA. ART. 329 DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO EVIDENCIADAS NOS AUTOS. DOLO ESPECÍFICO VERIFICADO. OPOSIÇÃO À ATUAÇÃO E ABORDAGEM DOS POLICIAIS MEDIANTE VIOLÊNCIA E AMEAÇA. ESTADO DE DROGADIÇÃO VOLUNTÁRIA QUE NÃO AFASTA A CULPABILIDADE. ART. 28, II DO CP. PRECEDENTES DO TJPR E DO STJ. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0029782-38.2021.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 04.03.2024)

APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 19 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS. ATIPICIDADE DA CONDUTA. NORMA PENAL EM BRANCO. INEXISTÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA QUANTO AO PORTE DE ARMA BRANCA. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001898-29.2023.8.16.0064](#) - Castro - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS ALDEMAR STERNADT - J. 05.02.2024)

12. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SANEPAR. VAZAMENTO RECORRENTE EM REDE DE ESGOTO NA VIA PÚBLICA, EM FRENTE À RESIDÊNCIA DA PARTE AUTORA. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ENUNCIADO N. 2 DA TURMA RECURSAL PLENA. PRECEDENTES DESTA C. QUARTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0001427-77.2023.8.16.0075](#) - Cornélio Procópio - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO - J. 11.03.2024)

RECURSO INOMINADO – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – PARTE RECLAMANTE QUE EFETUOU O PARCELAMENTO DE FATURA PARA NÃO TER O SERVIÇO INTERROMPIDO – COBRANÇA INDEVIDA DE FATURAS EM VALOR EXORBITANTE, DESTOANTE À MÉDIA DE CONSUMO MENSAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 4.1 DA TURMA RECURSAL/PR – CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – ART. 37, §6º, DA CF – ART. 14 E ART. 22 DO CDC – RESTITUIÇÃO EM DOBRO INDEVIDA – ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CONSUMERISTA – AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO – DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) - PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 1, “A”, DA TURMA RECURSAL PLENA/PR – PRECEDENTES DESTA 4ª TURMA RECURSAL – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DO RECLAMANTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0003108-18.2019.8.16.0174](#) - Mallet - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SANEPAR. CONTROVÉRSIA SOBRE O DEVER DE FORNECIMENTO DE ÁGUA EM IMÓVEL OCUPADO DE FORMA IRREGULAR. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO IMÓVEL. NEGATIVA ADMINISTRATIVA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA. SERVIÇO ESSENCIAL QUE INDEPENDE DE REGULARIDADE DA MORADIA. POSSE DO IMÓVEL COMPROVADA. VIZINHANÇA ATENDIDA PELA CONCESSIONÁRIA. REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA

JÁ INSTALADA NO LOCAL. DEVER DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO ESSENCIAL. PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III DA CF/88. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA C. QUARTA TURMA RECURSAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DA CIDH. CASO LHAKA HONHAT VS. ARGENTINA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO EM R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) DE ACORDO COM O CRITÉRIO BIFÁSICO ESTABELECIDO PELA TERCEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO RESP. Nº 1.152.541. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0006280-27.2022.8.16.0088](#) - Guaratuba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS TIAGO GAGLIANO PINTO ALBERTO J. 14.02.2024)

RECURSO INOMINADO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COM NATUREZA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO – ILEGALIDADE DE DESCONTOS NÃO VERIFICADA – TESE FIXADA NO TEMA 1085/STJ: É LÍCITO O DESCONTO, DESDE QUE PREVIAMENTE AUTORIZADO E ENQUANTO ESTA AUTORIZAÇÃO PERDURAR – DESCONTOS AUTORIZADOS PELO CONSUMIDOR – RESTITUIÇÃO INDEVIDA – PLEITO DE LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS A 30% DOS RENDIMENTOS DA RECLAMANTE – IMPOSSIBILIDADE – PRECEITO CABÍVEL APENAS A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0002951-61.2018.8.16.0180](#) - Santa Fé - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 04.03.2024)

RECURSO INOMINADO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COM NATUREZA DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – RETENÇÃO INDEVIDA DE SALÁRIO EM CONTA BANCÁRIA – TESE FIXADA NO TEMA 1085/STJ: É LÍCITO O DESCONTO, DESDE QUE PREVIAMENTE AUTORIZADO E ENQUANTO ESTA AUTORIZAÇÃO PERDURAR – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EM CONTRATO ESPECÍFICO – CONTRATO DE ADESÃO QUE ONERA EXCESSIVAMENTE O CONSUMIDOR – PAGAMENTO A DESTEMPO DE ACORDO QUE NÃO IMPLICA NA LEGALIDADE DOS DESCONTOS – RESTITUIÇÃO DEVIDA – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DO RECLAMADO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJPR - 4ª Turma Recursal - [0028440-60.2019.8.16.0182](#) - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS MARCO VINICIUS SCHIEBEL - J. 05.02.2024)

RECURSO INOMINADO. BANCÁRIO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE RECLAMADA. PRELIMINAR – INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL – INOCORRÊNCIA – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE NÃO É PARTE DA AÇÃO. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – INOCORRÊNCIA – SENTENÇA QUE FOI DEVIDAMENTE IMPUGNADA. MÉRITO. PLEITO DE EXIGIBILIDADE DO DÉBITO – IMPOSSIBILIDADE – RECLAMANTE QUE DEMONSTROU TER PAGO A DÍVIDA NA DATA DO VENCIMENTO – DÍVIDA INEXIGÍVEL – INSCRIÇÃO INDEVIDA. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS – POSSIBILIDADE - CONSTATAÇÃO DE INSCRIÇÕES PREEXISTENTES – CIRCUNSTÂNCIA QUE AFASTA O DANO MORAL – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 385 DO STJ. ENTENDIMENTO DESTA 5ª TURMA RECURSAL DO E. TJ/PR. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - [0024188-76.2023.8.16.0019](#) - Ponta Grossa - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS MARIA ROSELI GUIESSMANN - J. 05.03.2024)



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ